



GT 65. Patrimônios e Museus: narrativas em disputa e processos decoloniais

Coordenador(es):

Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

Thaís Fernanda Salves de Brito (UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia)

Patrimônios e museus vem apresentando instabilidade incomum numa configuração de narrativas em disputa. Se estas agências apresentam-se como refratárias à ação do tempo preservando acervos milenares e sendo regidas por regimes jurídicos que as protegem, pesquisas recentes apontam para conflitos pautados por projetos de futuro para sociedades plurais. Argumentos evocam destombamentos, repatriamentos de objetos, fechamentos e/ou reestruturação de museus, releituras de objetos, aparelhamentos de antigos museus por cultos religiosos, destituições de leituras antropológicas dos objetos, novos enquadramentos para as exposições. Somos surpreendidos por proibições de exposições, imposição de conteúdos, disputas estéticas. Por outro lado, processos decoloniais vem abrindo espaço para saberes insubmissos trazidos pela resistência de povos outrora silenciados, como os povos indígenas. Patrimônios e museus tornam-se ferramentas de lutas pela cidadania e pela igualdade social. Surgem os museus sociais, os museus indígenas, as museologias colaborativas, a auto-inventariação de conhecimentos tradicionais, demandas por patrimônios imateriais e tombamentos acionados pelos chamados "detentores", protagonistas de suas histórias de vida. Este GT pretende abrigar trabalhos de pesquisa em torno desta temática, tendo como eixo central a defesa do papel da Antropologia no campo de Patrimônios e Museus no sentido de afirmar o direito às diferenças e à visibilização de narrativas insubmissas.

As fronteiras da arte em questão: uma coleção de arte popular no Museu D. João VI

Autoria: Carolina Rodrigues de Lima (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

O Museu D. João VI, vinculado à Escola de Belas Artes da UFRJ, abriga um acervo que acompanha a instituição desde sua fundação em 1816 como Academia Imperial de Belas Artes, sendo acrescido pela produção artística interna ou doações externas. Originalmente, o acervo de artes visuais do museu era composto pela Coleção Didática, referente às principais obras do sistema pedagógico acadêmico, e a Coleção Ferreira das Neves, composta por diversos objetos e obras de arte, sendo a maior parte de origem europeia. A maior modificação do acervo desde a fundação do museu ocorre no dia 15 de fevereiro de 2012 com a chegada da coleção Renato Miguez de Arte Popular, nosso principal foco de investigação, durante a gestão da professora Carla Dias, antropóloga e pesquisadora de arte popular que também orienta essa pesquisa. A coleção é formada por 1366 peças de diversas dimensões, materiais e origens, mas que em comum guardam a referência à arte popular. A maior parte desse acervo é composta por esculturas, e, apesar da marcante presença de cerâmica nordestina, é possível identificar peças de origem indígena brasileira, europeia, asiática, africana e de alguns países da América Latina. De acordo com antropólogo José Reginaldo Gonçalves, tanto em seus usos sociais quanto em sua reclassificação como itens de coleção, peças de acervo museológico ou patrimônio cultural, objetos materiais sempre existirão como parte integrante de sistemas classificatórios, lhes assegurando o poder não só de tornar visíveis e estabilizar determinadas categorias socio-culturais, mas também de demarcar fronteiras entre estas, constituindo sensivelmente formas específicas de subjetividade individual e coletiva (2007, p. 8). As fronteiras entre a arte acadêmica e a arte popular são historicamente bem demarcadas e, mais do que isso, são colocadas em oposição tanto pelas representações desses campos de conhecimento quanto pelo senso comum. O objetivo dessa pesquisa consiste em analisar os impactos políticos e pedagógicos produzidos pela incorporação de uma coleção de



arte popular em um museu acadêmico composto originalmente por um acervo erudito e eurocêntrico. Ainda que esses conflitos de representação se façam presentes no espaço interno do museu, é inevitável a presença de tensões e diálogos proporcionados pelas fronteiras da arte, assim como as fronteiras sociais que são cada vez mais questionadas com a presença de representantes de diversos segmentos sociais na universidade a partir das Ações Afirmativas implementadas no mesmo ano da incorporação da coleção. A democratização da arte no campo simbólico se constitui como uma urgência provocada pela própria dinâmica social, que desafia cada vez mais as relações de poder provocadas pelas diferenças de classe, raça e gênero.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: